

Ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia 27 de dezembro de 2013.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro de ano de dois mil e treze, pelas nove horas e dezasseis minutos, realizou-se no salão Nobre dos Paços do Concelho de Mêda, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia através da convocatória datada de onze de dezembro de dois mil e treze, a saber: -----

- 1 - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município;
- 2 - Apreciação e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014;
- 3 - Apreciação e aprovação da Proposta nº 07/2013 - Nota Justificativa do Mapa de Pessoal 2014;
- 4 - Apreciação e aprovação da Proposta nº 06/2013 - Projeto de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais – Aditamento do Capítulo XXII e das secções I, II, III, IV, V e VI ao Anexo Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- 5 – Eleição de dois Presidentes de Junta, sendo um efetivo e outro suplente para integrar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), ao abrigo do artigo nº 6 dos Estatutos da ANMP;
- 6 - Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- 7 – Eleição de três membros da Assembleia Municipal sendo dois efetivos e um suplente para integrar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ao abrigo da alínea a) do ponto 1 e do ponto 2 do artigo 83º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Simão Almeida, presidiu à sessão que teve início às nove horas e dezasseis minutos, tendo os Senhores João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, e António Óscar Dias Amaral Sampaio, desempenhado, respetivamente, as funções de Primeiro e Segundo Secretário.-----

PRESENCAS

Estiveram presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, Luís Manuel Simão Almeida, os Senhores membros da Assembleia, João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, António Óscar Dias Amaral Sampaio, Ana Maria Pereira Abrunhosa, António José Borges Prata, Armando António Amado Pereira Caramelo, Artur Paulo Ricardo Primo, Carlos Manuel Marques Videira, Celina Marisa Sôto Cardoso, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Fernando Manuel Sérgio de Jesus, Filipe Manuel Avelino Rebelo, Hermínio José Costa Albino, João António Pêgo Zeferino, João Maria Diogo Sequeira, Joaquim António Rebelo Santos, Jorge Miguel Graça Lourenço, Luís Manuel Ramos Saraiva, Luís Miguel Pires Marinho, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, Mauro dos Santos Amado Frade, Olímpio Filipe Martins Pedro, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Vítor Manuel Almeida Gomes, e Vítor Salvador Soares Lemos.

AUSÊNCIAS

Não se verificaram ausências. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e de seguida pôs a ata da primeira sessão do órgão eleito, realizada no dia treze de outubro de dois mil e treze a apreciação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade e por minuta. -----

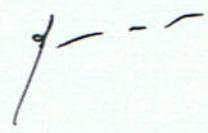
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Deputado, Herminio Costa Albino, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que o período da Ordem do Dia deveria aparecer explícito na Ordem de Trabalhos, e que também deveria haver um período destinado para o público participar. Também poderia existir um temporizador para controlar o tempo das intervenções, porque às vezes a Mesa nem sempre poderia ser justa na utilização da palavra. Relativamente à entrega da documentação, disse que era importante que a mesma chegasse atempadamente para poder ser estudada. Por ultimo e apesar de já ter passado algum tempo após o ato eleitoral, não podia deixar passar em branco a

utilização de viaturas e de funcionários da Santa Casa da Misericórdia no transporte e acompanhamento dos utentes às urnas de voto, sendo o Senhor Presidente da Câmara também Provedor dessa Instituição, não lhe tinha ficado bem essa atitude. -----



O Senhor Deputado, **António José Borges Prata**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, na sua opinião aquilo que se deveria pretender desta Assembleia, era o caminho dos interesses comuns dos munícipes e do concelho, só todos juntos se conseguiria que o mesmo não ficasse mais deserto e desmembrado de serviços públicos como já estava a acontecer. Em relação ao ato eleitoral, e sendo ele dirigente de uma IPSS, o Centro de Dia de Outeiro de Gatos, também eles tinham promovido o transporte dos utentes, continuou dizendo que as IPSS tinham a obrigação de acatar os interesses dos utentes, dando como exemplo as idas ao médico ou até mesmo ao cabeleireiro, e que, os que não tinham forma de andar ou de escrever tinham o direito a ser acompanhados. -----



O Senhor Deputado, **Luís Manuel Ramos Saraiva**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, deixou um reparo meramente formal, que era referente aos artigos 52º e 53º da Lei das Autarquias Locais, relativamente ao Período da Ordem do Trabalho não ser incluído antes da Ordem do Dia, e de em alguns casos os documentos não terem sido entregues atempadamente como mandava a Lei, isto poderia ter dado origem a nulidade desta mesma reunião. Relativamente à desertificação do Interior, disse que era com espanto que via fechar os serviços como o Tribunal. Solicitou saber o que tinha sido feito. Continuou dizendo que o Tribunal da Meda seria um ótimo Tribunal de execuções, e que nunca tinha sido ouvido nada relativamente a isso. Informou que lhe tinha constado que ninguém do executivo camarário tinha estado presente numa reunião na Ordem dos Advogados, apesar de terem sido enviados convites para todas as câmaras onde os Tribunais estariam em perigo de encerrar. Concluiu dizendo, que o CDS procuraria colaborar em tudo o que fosse útil para servir o concelho. -----

O Senhor Deputado, **João António Pêgo Zeferino**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que todos os trabalhos que esta Assembleia viesse a desempenhar o concelho só teria a beneficiar bem como o município. O grupo do PSD tinha duas recomendações a fazer, uma á Mesa, e outra ao Executivo. A primeira recomendação era: a elaboração de um novo Regimento da Assembleia Municipal, a criação de uma Comissão Permanente da Assembleia Municipal, a realização de reuniões descentralizadas, dentro do espaço do concelho, com a finalidade de dar maior visibilidade ao órgão, melhoramento da democracia e se possível uma maior participação dos munícipes. Continuou dizendo que o Salão Nobre dos Paços do concelho, apesar de ser onde se recebia as mais altas entidades e onde se realizavam as reuniões da Assembleia, não tinha condições de trabalho, e que existiam diversos edifícios no concelho que com pequenas obras poderiam ter todas as condições para que se realizassem estas reuniões. Outro assunto, eram os

horários e os tempos das reuniões da Assembleia, que eram apenas cinco por ano, daí a importância da Comissão Permanente, seria o elo de ligação entre o Executivo e a Assembleia. Deu os parabéns ao Patronato pela execução dos presépios, que essas atividades deveriam ser acarinhadas e divulgadas. Finalizou lamentando a fraca adesão ao concerto realizado pelo Centro Musical.

O Senhor Deputado, Filipe Manuel Avelino Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, solicitou saber se era melhor entregar as Propostas que iriam apresentar, de forma escrita ou bastava ser verbal. De seguida solicitou que as reuniões da Assembleia fossem transmitidas online. Outro Assunto era a realização das reuniões à sexta-feira de manhã, deveria se pensar-se em realizá-las em períodos nocturnos ou aos fins-de-semana, para que a própria população possa ser mais participativa. Disse que uma das bandeiras do PS na campanha eleitoral tinha sido o Orçamento participativo, e que hoje se iria analisar o Orçamento de dois mil e catorze, sem sequer o mesmo ter sido colocado à discussão pública. Concluiu dizendo que tinha gostado de ver a feira organizada com os produtos regionais na Nave de exposição do Mercado Municipal, mas lembrou que existia uma passagem subterrânea que dava acesso direto à praça do Mercado e que a mesma não estaria a ser utilizada, obrigando os vendedores e compradores a terem que andar pelo exterior do edifício. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, solicitou que todas as Propostas fossem por escrito, para deste modo não caírem no esquecimento. -

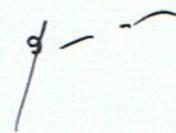
O Senhor Deputado, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que era com desagrado que agora apenas via onze Presidentes de junta em vez dos dezasseis, isto tudo fruto da Reorganização Administrativa. Relativamente as intervenções anteriores, na sua opinião algumas tinham sido interessantes. Disse que no que tocava ao trabalho da Assembleia, ele próprio sempre tinha sido uma pessoa que solicitava melhorias e que algumas já tinham surtido efeito no mandato anterior, como tinha sido o caso da gravação das reuniões. Continuou dizendo, que existia um Regimento aprovado havia quatro anos, e que a Lei Geral não se sobrepunha ao mesmo. Mas que estava de acordo que se poderia trabalhar nele para ajustar alguns pontos. Relativamente ao Orçamento Participativo, disse que também ele esperava que o próximo Orçamento já fosse participativo. Concluiu dizendo que neste novo ciclo, e visto existirem diversos serviços a fechar, se deveria despir as camisolas partidárias, e lutar pelos interesses do povo. -----

O Senhor Deputado, Luís Manuel Ramos Saraiva, no uso da palavra, disse que era óbvio que a Lei Geral não se sobrepunha à Lei Especial, mas que a nova Lei dava determinadas competências à Assembleia Municipal que a anterior não dava, daí a revisão do Regimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que era evidente que o Regimento teria que ser revisto derivado à nova Lei, e que a Mesa estava a pensar em falar com os representantes de cada bancada, e criar uma comissão para que o Regimento fosse revisto e apresentado na próxima Assembleia. -----



O Senhor Deputado, João António Pêgo Zeferino, no uso da palavra, disse que se poderia aproveitar a sugestão da criação de uma Comissão Permanente, a fim de a mesma tratar desse assunto. -----



O Senhor Deputado, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, no uso da palavra, disse que se poderia apresentar uma Proposta para a tal Comissão Permanente, mas que como não falava em números, seria um elemento de cada partido e os elementos da Mesa, desde que fosse um número impar. -----

O Senhor Primeiro Secretário, João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, no uso da palavra, e relativamente à ideia da instalação de um temporizador, por a Mesa não poder ser justa na atribuição dos tempos, era no mínimo deselegante. -----

O Senhor Deputado, Herminio Costa Albino, no uso da palavra, disse que não era isso que queria dizer, mas que tornava o tempo das intervenções e a utilização mais justa, evitando assim dissabores à Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que os utentes da Santa Casa da Misericórdia, eram responsabilidade da mesma, e que quando alguns utentes quiseram votar, era obrigação da Santa Casa levar os utentes a votar. Disse que nenhum utente tinha ido votar sem ordens dos familiares. Relativamente ao Tribunal e ao encerramento dos serviços, era uma preocupação do Executivo, e que tinha sido feita muita coisa desde do ano de dois mil e doze, que tinham existido reuniões com o Secretário de Estado, com o Bastonário da Ordem dos Advogados, entre outras. Relativamente as recomendações, as mesmas seriam estudadas e que, aquela que contribuam para melhorar, poderiam ser postas em prática. Relativamente ao Orçamento, este ano tinha sido impossível ser um participativo, mas que para o ano estava convicto que se iria conseguir um Orçamento Participativo. Concluiu dizendo que o município não tinha recebido nenhum convite para irem a uma reunião com a Ordem dos Advogados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, e relativamente à criação da Comissão Permanente, iria conceder uns minutos para que os líderes de bancada se reunissem e a discutissem. -----

Os trabalhos foram suspensos eram dez horas e vinte e cinco minutos e retomados às dez horas e cinquenta e cinco minutos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que da conferência de Líderes tinha saído uma Proposta apoiada por todas as bancadas, ficando assim criada a seguinte comissão: Senhor Deputado Filipe Rebelo do PSD, Cláudio Heitor do PS, Herminio Costa Albino do CDS e Lucinda Saldanha do PPM. -----

O Senhor Deputado, **Filipe Manuel Avelino Rebelo**, no uso da palavra, e visto existir uma Comissão, iria retirar a Proposta apresentada sobre a transmissão online das Assembleias, desde que ficasse salvaguardado que a Comissão iria trabalhar na mesma a seguir à revisão do Regimento. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, procedeu a leitura dos documentos entregues aos membros da Assembleia, e que caso alguém tivesse alguma dúvida estaria para responder. -----

O Senhor Deputado, **Herminio Costa Albino**, no uso da palavra, solicitou saber quais as razões por terem acabado com a Feira da Caça. Saber se já tinham sido distribuído os Pelouros, até porque tinha reparado num cedro caído havia uns dias e que até hoje ainda se encontrava tombada. E por último, e relativamente às obras públicas, solicitou saber se muitas delas não seriam obras de campanha eleitoral. -----

O Senhor Deputado, **Filipe Manuel Avelino Rebelo**, no uso da palavra, deixou uma recomendação, e da mesma forma como tinha sido bem feito o mercado dos produtos regionais dentro da Nave de Exposições, o porquê de não estender isso aos dias de mercado, ficando assim os feirantes com mais condições, visto o edifício não estar a ser bem aproveitado. Relativamente às Empresas Municipais, solicitou saber se já tinham sido extintas, se os Administradores continuavam em funções e qual era o futuro dos edifícios. -----

O Senhor Deputado, **António José Borges Prata**, no uso da palavra, disse que na sua opinião a feira de caça tinha vindo a regredir. A Associação de pesca da qual ele era Presidente, tinha começado por ser coorganizadora, logo a seguir passaram a fazer parte da organização, e no ano seguinte, nem sequer tinham sido convidados. Disse que a Associação de Pesca tinha a concessão da barragem de Ranhados e que tinha cerca de mil e oitocentos pescadores anuais, e que como era das poucas barragens com água salmonídeas da zona teria tanta importância como a caça para o desenvolvimento sustentável do

concelho. Relativamente à distribuição de pelouros, disse que para ele a Assembleia Municipal não tinha que se meter nesse assunto, vistos os mesmos serem da competência do Senhor Presidente da Câmara. Concluiu dizendo que o cedro, tratando-se da quadra festiva e também por ser difícil a sua remoção, era óbvio que teriam que arranjar meios para a sua retirada em segurança. -----

O Senhor Presidente da Junta, João Maria Diogo Sequeira, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que para ele a feira da caça deveria continuar visto se notar o movimento nesses dias. Relativamente ao mercado dos produtos regionais, disse que não se tinha tido o cuidado e a preocupação do dia e dos horários da realização da mesma, dado que era uma altura de apanha da azeitona. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a feira seria para continuar, mas com uma dinâmica diferente, mas que não tinha havido tempo para a organização da mesma. Relativamente ao mercado dos produtos regionais, disse que apesar da pouca adesão dos vendedores, tinha havido muitos compradores, esta atividade seria para continuar e melhorar. No que tocava às obras, informou que as mesmas vinham do mandato anterior e que não tinha nada a ver com obras eleitoralistas. Informou que ainda não tinham saído os despachos dos pelouros, mas que a seu tempo os mesmos iriam ser distribuídos. Relativamente ao cedro, disse que tinha existido uma reunião de emergência com a Proteção Civil, os Bombeiros e os serviços da Câmara, e que desde das nove horas de hoje já se estavam a realizar os trabalhos para a sua remoção. Concluiu dizendo que a Empresa Municipal iria deixar de existir a partir do próximo dia trinta e um, que os edifícios iriam continuar em funcionamento e geridos quase da mesma maneira, mas com os meios humanos existentes no quadro da Câmara. -----

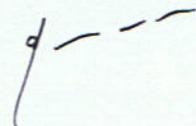
O Senhor Vereador, António César Figueiredo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e que relativamente à feira da caça, floresta e produtos regionais, disse que a Associação de Pesca de Meda nunca tinha sido coorganizadora da mesma, tinha sim sido, na feira das Associações. A feira sempre tinha tido apenas dois organizadores, que era o Clube Caça e Pesca de Mêda e a Câmara. Relativamente à dinâmica, disse que não era para o facto de não correr bem um ano que se devia acabar com ela, dando como exemplo o mercado dos produtos regionais, que não tinha corrido como previsto, mas que iria continuar. -----

O Senhor Deputado, António José Borges Prata, no uso da palavra, realmente tinha-se confundido na questão da feira, mas que relativamente à feira da caça

deveriam ser convidados todos os clubes de caça do concelho, para deste modo darem a conhecer os clubes e coletividades. -----



O Senhor Vereador, António César Figueiredo, no uso da palavra, informou que todas as associações de caça tinham sido convidadas desde do primeiro ano até ao ano passado, mas que, e como algumas pessoas sabiam, existiam três zonas de caças distintas, a turística, a municipal e a associativa, e que a única que tinha uma zona caça propicia a realização da atividade da montaria, era a área gerida pelo Clube de Caça e Pesca de Mêda. -----



2º Ponto- Apreciação e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que apesar de não ser fácil, este orçamento respeitava a Lei das Finanças Locais. Informou que as verbas transferidas estavam a sofrer cortes, o que este ano não era exceção, e que tinha sofrido um corte de 3%, que correspondia a cento e trinta e seis mil euros. O orçamento tinha sido elaborado com cuidado, e que em primeiro lugar era honrar os compromissos com os fornecedores e os credores. Em segundo, era tentar encontrar fontes de financiamento para os investimentos que se considerassem necessários e estruturantes, dando como exemplo a Área Empresarial. Também se pretendia dar continuidade às várias obras iniciadas, como era o caso dos caminhos agrícolas, as eletrificações e vários arruamentos. Isso tudo tendo sempre em atenção a atual crise que se estava a viver. Queriam também promover medidas para valorizar a vida dos munícipes, alargando o programa social de apoio à habitação e às famílias mais carenciadas, não descurando a cultura, o património, a educação, o turismo, a proteção civil e o ambiente. Concluiu dizendo que era um Orçamento com rigor, equilíbrio e transparente. Informou que o Orçamento seria apresentado pela Doutora Fernanda Oliveira, técnica superior do quadro da autarquia. -----

A Doutora Fernanda Oliveira, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que o Orçamento tinha sido laborado com as regras que o POCAL exigia. Dentro das regras previsionais, tinha sido feito o cálculo quer a nível das receitas, das taxas, das tarifas, com a média dos vinte e quatro meses anteriores. A nível da despesa corrente, estavam assegurados os encargos que o município tinha e que era necessário para a realização da atividade da mesma, despesas de capital, obras e investimentos que o município pretendesse realizar. A Análise tinha sido feita e baseada com a combinação do orçamento de dois mil e treze até à data. Verificava-se que existia uma redução a nível das receitas e das despesas em 84%, dizendo que com a nova Lei das

Autarquias Locais havia obrigação em que os orçamentos tinham que ser os mais realistas e aproximados, e que para se fazer despesas, tinha que haver receita para cobrir, não descorando o equilíbrio orçamental. A nível da receita orçamentada, verificava-se uma redução de 34.86%, havendo uma diminuição da receita de capital em cerca de 85%. A nível das transferências de capital, havia uma redução de 25.1%, embora que estas transferências correspondiam a 92% das receitas do município. As receitas correntes tinham um aumento de 11%, justificando-se porque a proposta do Orçamento de Estado tinha um aumento de 8.36% em relação às despesas, dando uma redução de 3%, mas que tinha havido transferências de verbas de capital para verbas correntes, verificando-se isso a nível geral. O IMI, o IMT, e o IUC, correspondiam a 11.95% do valor total do orçamento e 10% do valor global. As vendas, as transferências e os impostos, eram as rubricas que mais sustentavam a receita corrente. As despesas correntes tinham uma diminuição de 30.87% e as de capital de 44.3%, verificando-se sempre que as mesmas são suportadas pela receita corrente, existindo assim uma libertação de verbas para as despesas de capital, não existindo assim desequilíbrio orçamental. Concluiu dizendo que em relação às Grandes Opção do Plano, era onde estavam enumeradas todas as atividades que o município tinha feito, que perfazia um valor de três milhões, duzentos e oito mil, quinhentos e sessenta e um euros. A parte dos transportes rodoviários era a parte maior que o município tinha, seguindo-se das eletrificações e da cultura. -----

O Senhor Deputado, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, no uso da palavra, disse que era um documento realista e que apesar de ser um documento técnico também era político, nos tempos que se vivia tinha-se que ser realista. O Executivo, afinal tinha um projeto e um rumo bem definido. Relativamente à Área Empresarial, para ele, devia ser o maior investimento algum dia feito, e que só pecava por vir tarde. Solicitou que o Executivo cumprisse a promessa que para o ano as forças vivas do concelho pudessem participar no mesmo. -----

A Senhora Deputada, Ana Maria Pereira Abrunhosa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que o orçamento, na sua opinião, era mais um documento político do que técnico, porque era a expressão financeira das opções políticas do Executivo Municipal, e portanto em primeiro lugar deviam ter tido acesso ao que era a visão e a missão do município para o concelho e para as juntas de freguesias. Continuou dizendo que tinha tido alguma dificuldade em perceber se havia pesca, caça, agricultura, atividade económica e quais eram as apostas nessas diferentes atividade, solicitando saber qual era a visão do Executivo. Na sua opinião, os orçamentos participativos não era só quando se construía ou na sua conceção orçamental, deixando a sugestão de deixar uma verba para que os munícipes decidirem o

que fazer com ela. Solicitou saber o que eram as rubricas denominadas por "outros", visto as mesmas terem um total de quase um milhão de euros. Perguntou se estavam contemplados e contabilizados as amortizações dos empréstimos de cerca de dois vírgula nove milhões de euros. Solicitou saber como era aproveitada a participação em Associações como por exemplo, as Aldeias Históricas, Terras do Côa, etc., visto existirem muitas verbas que o município poderia aproveitar. Finalizou dizendo que o município terá que trabalhar muito e ser muito criativo para aproveitar o próximo Quadro Comunitário, visto ser muito diferente dos anos anteriores.-----

O Senhor Deputado, João António Pêgo Zeferino, no uso da palavra, disse que o documento não era transparente como tinha sido dito, visto existir um milhão de euros em rubrica "outros", que ninguém sabia o que significava. Solicitou saber para que eram estes "outros" e o que eram. -----

O Senhor Deputado, Herminio Costa Albino, no uso da palavra, solicitou saber quais eram as linhas orientadoras para os próximos quatro anos, visto não estarem retratadas no Orçamento. Solicitou saber se os Presidentes de junta tinham sido chamados a participar no mesmo. Colocou ao Senhor Presidente da Câmara como via o seguinte: As receitas de capital, nomeadamente nas transferências do FEF que eram quase de 99%. As despesas correntes que passavam de 49% com a despesa do pessoal. Onde estavam as ajudas ao sector primário e as Associações e cooperativas do concelho. O que ia ser feito sobre o aproveitamento das verbas Comunitárias. A rubrica "outros" não sabia o que eram. Os dezoito mil euros pagos á Raia Histórica, se a contrapartida superava isso ou não, bem como os vinte e seis mil euros á Fundação Museu do Douro. Concluiu dizendo que se calhar os sete mil e quinhentos euros para as bolsas de estudo seriam pouco. -----

O Senhor Deputado, Luís Manuel Ramos Saraiva, no uso da palavra, disse que havia que contar com as Comunidades Intermunicipais, porque iriam ser elas a proporcionar as verbas do QREN, do Proder, etc. Solicitou atenção e que fosse muito em conta a participação na Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela e Beiras, porque poderia advir vantagens patrimoniais substanciais. ----

O Senhor Deputado, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que era um documento viável e executável, que era um Orçamento virado para as pessoas e para a ação social. Solicitou saber na parte das despesas correntes, como era possível os funcionários da Empresa Municipal passarem para a Câmara, e existir uma diminuição de 5,12%. E na despesa de capital, existia uma diferença de 1100% no material informático. -----

A Senhora Deputada, **Celina Marisa Sôto Cardoso**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que o Aveloso tinha uma IPSS e que juntamente com o diretor da Segurança Social e as entidades competentes, tinham feito uma avaliação para que fossem implementadas quatro camas para os utentes a tempo inteiro no Centro Social, solicitou saber qual seria o contributo do município para esse projecto visto que o mesmo também iria criar dois postos de trabalho. -----



A Senhora Deputada, **Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que tinha feito um pequeno estudo comparativo aos anos de dois mil e doze e dois mil e treze, e que no ano de dois mil e catorze, as receitas correntes tinham tido um pequeno aumento, mas as receitas de capital tinham tido uma diminuição de cinco milhões, duzentos e quarenta mil euros, e já em dois mil e treze tinham também tido uma diminuição de cinco milhões quatrocentos e noventa mil euros. A rubrica "outras" tinha vindo a aumentar e que quanto menos aparecesse essa rubrica, mais transparente se tornaria o documento. Na rubrica dos projetos cofinanciados, em dois mil e treze já havia três milhões e seiscentos mil euros a menos, em dois mil e catorze esse valor ainda era mais reduzido, não devendo haver necessidade de fazer projetos. Nas Grandes Opção do Plano, apenas tinha visto aumentos para as festas populares e associativismo. Na sua opinião tratava-se apenas de um Orçamento de gestão corrente, sem ambição e sem haver um levantamento real das necessidades. -----

O Senhor Deputado, **Filipe Manuel Avelino Rebelo**, no uso da palavra, disse que na sua opinião o ponto terceiro e quarto, deveriam vir antes do Orçamento, visto estarem diretamente dependentes deste. No Orçamento via-se um aumento de impostos, e que nunca tinha sido visto nem tinha vindo a discussão. Se se queria uma Mêda atrativa deveria por se começar a baixar por exemplo o IMI, o IRS, etc. Solicitou saber o porquê de não haver aumento com a manutenção dos equipamentos e com os funcionários, uma vez que os funcionários e os edifícios da Empresa Municipal passarem para a Câmara. Apesar de ser um documento técnico não deixava de plasmar as decisões do atual Executivo. -----

O Senhor Presidente da Junta, **João Maria Diogo Sequeira**, no uso da palavra, solicitou saber se estava contemplado a construção do paredão do Forno Salgueiro no Aveloso, porque alem de estar caído, passava um ribeiro e aos poucos estava a levar as terras às pessoas. Disse que a banda de musica do Aveloso não tinha sido subsidiada no corrente ano, bem como a festa, e visto a junta não ter sido avisada tinha sido ela a ficar com o prejuízo. Congratulou-se

pela ponte do Aveloso vir no Orçamento e esperava que não ficasse apenas no papel passando a ser uma realidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e relativamente à rubrica "outros", também ele tinha ficado com dúvidas e tinha solicitado esclarecimento nesse assunto. Informou que todas essas rubricas estavam totalmente justificadas nas Grandes Opções do Plano. -----

A Doutora Fernanda Oliveira, no uso da palavra, informou que havia obras e outras rubricas que não se enquadravam nos classificadores, deu como exemplo a classificação 07 da despesa, estava discriminada no PPI, assim como a 04, 08 e algumas da 02. Pediu aos Senhores Deputados que lhe dessem uma rubrica "outros" qualquer. Explicando de seguida onde esses valores estavam refletidos de uma forma discriminada. -----

O Senhor Deputado, João António Pêgo Zeferino, no uso da palavra, solicitou que no futuro houvesse uma chamada nessas rubricas para facilitar a consulta das mesmas. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu publicamente à Senhora Deputada Ana Abrunhosa tudo o que tinha feito pela disponibilidade, pela forma que tinha recebido, para de certa forma tentar conseguir satisfazer que os projetos do anterior executivo fossem aprovados. Relativamente à visão estratégica para o concelho, disse que era um orçamento diferente de qualquer outro, devido aos cuidados que a Lei obrigava, mas que a agricultura continuava a ser uma das prioridades, bem como continuar a apoiar a adegas, criar condições para o pequeno e médio empresário se poder fixar no concelho, e continuar com a ação social e promover o turismo. Na educação e apesar de ser pouco as bolsas de estudo atribuídas dava para pelo menos dez alunos pagarem metade das propinas, e que o primeiro e segundo ciclo também eram apoiados com os prolongamentos de horários totalmente gratuitos entre outras coisas. Relativamente aos gastos com as Associações, disse que iriam continuar a apoiar. Disse que com o apoio da Raia Histórica, tinham-se feito duas ou três obras no concelho, nomeadamente em Marialva, que numa obra de cerca de trezentos mil euros tinham conseguido ir buscar duzentos mil, e que na Coriscada também tinham uma candidatura aprovada de cerca de cento e cinquenta mil euros. Relativamente ao paredão da ponte, disse que a mesma já se encontrava adjudicada e que o empreiteiro iria começar as obras em janeiro. Disse que a despesa com o pessoal não tinha aumentado visto que os funcionários já se encontravam a ser pagos pela Câmara. Relativamente à recomendação de uma pequena parte do Orçamento ser para os munícipes escolherem em que ser gasto, disse que era uma boa ideia e que iria tentar pô-

la em prática. Finalizou dizendo que a Câmara iria tentar ajudar no pagamento das camas para a IPSS do Aveloso. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com quatro votos contra e seis abstenções. -----

Votaram contra os seguintes membros: Herminio José Costa Albino, Luís Manuel Ramos Saraiva, Celina Marisa Sôto Cardoso e Fernando Manuel Sérgio de Jesus. -----

Abstiveram-se os seguintes membros: Vítor Manuel Almeida Gomes, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, Ana maria Pereira Abrunhosa, João António Pêgo Zeferino e Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha. -----

O Senhor Deputado, Filipe Manuel Avelino Rebelo, fez a seguinte declaração de voto: *"Abstenho-me, por ter sido o primeiro Orçamento que o Executivo apresentou senti a necessidade de lhes dar o benefício da dúvida, porque foram eleitos em setembro. Mas também acho que a votação é expressiva, e que faz o Executivo ver isto com outra forma. Espero que no futuro quando estes temas sejam colocados em cima da mesa não sejam desta forma."*-----

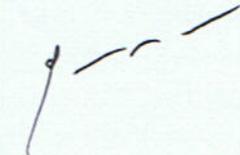
O Senhor Deputado, Herminio José Costa Albino, fez a seguinte declaração de voto: *"O Grupo Municipal do CDS-PP depois de analisar o orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, considera que os mesmos pouco mais refletem do que a gestão corrente do Município. Os documentos são fracos na sua essência e ignoram quase por completo todas as atividades ligadas ao setor primário, incentivo à criação e fixação de empresas assim como apoios ao aumento da natalidade e outras medidas de combate à desertificação um flagelo que, particularmente, nos atinge."*-----

Também no domínio da educação e cultura os documentos revelam pouca ousadia. Quase nada é apontado para estancar a sangria de jovens das nossas escolas que as abandonam quer por via da emigração ou para as escolas dos Município vizinhos. A vontade de criar uma Área de Acolhimento Empresarial não chega é necessário ir mais além e ser mais ambicioso num concelho que corre sérios riscos de ser extinto."-----

Assim sendo, este não é o nosso orçamento, não é o orçamento nem as grandes opções do plano dos cidadãos que votaram em nós, nem sequer fomos chamados a participar ou a dar contributos para os mesmos pelo que voltamos contra a sua aprovação."-----

O Senhor Deputado, João António Pêgo Zeferino, fez a seguinte declaração de voto: *"Em nome do Grupo do PSD, quero dizer que a nossa abstenção não quer dizer que tenha a nossa concordância. Não retiramos uma única vírgula ao que*

dissemos. Continuamos a dizer que o Orçamento não reflete uma política que deveria ter sido retratada para os próximos quatro anos. Embora sendo um Orçamento para dois mil e catorze, devia definir as prioridades e qual era o sentido para o concelho, e o que iriam fazer em termos concretos e reais, projetos e obras com objetivo. Tirando a Área Empresarial que esta refletida, o resto é muito pouco. Esta é a nossa opinião." Relativamente à Área Empresarial, disse que se dever repensar a sua localização, porque não havia nenhum concelho, distrito, ou cidade que se desenvolvesse para onde não havia acessibilidades, e neste caso a mesma estava virada para Marialva e a Área Empresarial estava projetada para o sentido oposto. -----

O Senhor Deputado, Luís Manuel Ramos Saraiva, fez a seguinte declaração de voto: "Dado o sentido manifestamente construtivo da declaração de voto apresentada pelo CDS e pelo Doutor Herminio, eu limito-me a subscreve-la na íntegra e assina-la por baixo de cruz.-----"

O Senhor Presidente da Junta, João Maria Diogo Sequeira, fez a seguinte declaração de voto: "Acho que o orçamento nos vai trazer muito emprego, e como gosto do concelho e principalmente do Aveloso, e acredito sinceramente no Senhor Presidente e como disse que iria ajudar a IPSS, a banda, e a obra da ponte do Aveloso ser uma realidade, voto a favor.-----"

O Senhor Presidente da Junta, Carlos Manuel Marques Videira, fez a seguinte declaração de voto: "Acho que os Senhores Presidentes de junta deveriam ter participado neste orçamento, porque só nós é que sabemos as reais necessidades das nossas aldeias. O sentido do meu voto é por estar convicto que o Senhor Presidente não se irá esquecer das aldeias."-----

Os trabalhos foram suspensos para almoço às treze horas e nove minutos. -----

Os Trabalhos foram retomados as catorze e quarenta e seis minutos. -----

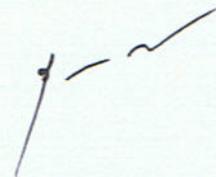
PRESENCAS

Estiveram presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, Luís Manuel Simão Almeida, os Senhores membros da Assembleia, João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, António Óscar Dias Amaral Sampaio, Ana Maria Pereira Abrunhosa, António José Borges Prata, Armando António Amado Pereira Caramelo, Artur Paulo Ricardo Primo, Carlos Manuel Marques Videira, Celina Marisa Sôto Cardoso, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Fernando Manuel Sérgio de Jesus, Filipe Manuel Avelino Rebelo, Herminio José Costa Albino, João António Pêgo Zeferino, João Maria Diogo Sequeira, Joaquim António Rebelo Santos, Jorge Miguel Graça Lourenço, Luís Manuel Ramos Saraiva, Luís Miguel Pires Marinho, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, Mauro dos Santos Amado Frade, Olímpio Filipe Martins Pedro, Pedro

Miguel Soeiro Lourenço, Vítor Manuel Almeida Gomes, e Vítor Salvador Soares Lemos. -----

**AUSÊNCIAS**

Não se verificaram ausências. -----



O Senhor Deputado, Luís Manuel Ramos Saraiva, no uso da palavra, disse que nas informações do Senhor Presidente da Câmara não constavam nem os recursos hierárquicos, nem os processos judiciais pendente, bem como a indicação da respetiva fase de estado como estava previsto na Lei. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que esse assunto tinha sido o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, pelo que deveria ter intervindo nessa altura. -----

3º Ponto - Apreciação e aprovação da Proposta nº 07/2013 - Nota Justificativa do Mapa de Pessoal 2014;

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que o documento não tinha alterações relativamente ao aprovado já no anterior mandato, e informou que também já se encontravam nesse mapa de cento e setenta e três funcionários os quarenta e três funcionários da escola. Referiu que mesmo com a entrada dos funcionários da Empresa Municipal existiam menos funcionários do que em dois mil e nove. -----

O Senhor Deputado, Herminio Costa Albino, no uso da palavra, solicitou saber se este mapa permitira mais entradas de pessoal para a Câmara. Existiam também 4 lugares em que as pessoas não estavam nos devidos lugares, pelo que solicitava saber quem eram e onde estavam. Solicitou saber quantos estágios e POC's estavam a decorrer no município, e se com isso não se estaria a criar ilusões de emprego. Relativamente a internalização da Empresa Municipal, perguntou saber por quanto tempo tinha sido feito. -----

O Senhor Deputado, Filipe Manuel Avelino Rebelo, no uso da palavra, solicitou saber como é se conseguia ter mais pessoal visto estarem englobados neste mapa os funcionários da Empresa Municipal e se gastar ainda menos. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o mapa não contemplava a entrada de mais nenhum funcionário. Disse que os quatro lugares eram de funcionários destacadas, nomeadamente o Engenheiro Daniel, que era Chefe de Divisão, o Senhor Nascimento que era o seu Chefe de Gabinete, o Senhora Fernanda que estava na Tesouraria e o quarto era do concurso de veterinária que ainda não tinha tomado posse. Relativamente aos

estágios e aos POC's informou que eram à volta de vinte, e que o Governo tinha dado essa possibilidade de os jovens poderem ganhar experiencia. A Câmara não podia nem devia meter mais funcionários, logo não se criava ilusões nenhuma. Relativamente a internalização da Empresa informou que era um facto consumado e que os funcionários também tinham sido internalizados, bem como os serviços da Empresa, passando todos para o quadro da Câmara. Disse que não haveria mais despesas, e que em princípio deveria ser por fins de contrato ou de reformas, mas que se iria informar e que depois diria alguma coisa ao Senhor Deputado Filipe Rebelo. -----

Os Senhores Deputados, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, António José Borges Prata e o Senhor Presidente de junta Joaquim António Rebelo Santos, ausentaram-se no momento da votação. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com uma abstenção.-----

Absteve-se o Senhor Deputado, Filipe Manuel Avelino Rebelo.

O Senhor Deputado, **Filipe Manuel Avelino Rebelo**, fez a seguinte declaração de voto: *"Abstenho-me, pelas dúvidas que não me foram justificadas."* -----

Os Senhores Deputados, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, António José Borges Prata e o Senhor Presidente de junta Joaquim António Rebelo Santos, regressaram para fazer parte dos trabalhos. -----

4º Ponto- Apreciação e aprovação da Proposta nº 06/2013 - Projeto de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais – Aditamento do Capítulo XXII e das secções I, II, III, IV, V e VI ao Anexo Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;

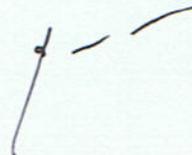
O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que as taxas resultava do processo de dissolução da Empresa Municipal, integrando as taxas para o município. Informou que o mesmo documento já tinham sido aprovado e tinha sido publicado no Diário da Republica para discussão pública pelo período de trinta dias. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com uma abstenção. -----

Absteve-se a Senhora Deputada, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha.



5º Ponto – Eleição de dois Presidentes de Junta, sendo um efetivo e outro suplente para integrar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), ao abrigo do artigo nº 6 dos Estatutos da ANMP;



O Senhor Deputado, **Cláudio Jorge Heitor Rebelo**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada PS e do PSD, o Senhor Presidente de Junta, Mauro do Santos Amado Frade para efetivo, e Jorge Miguel Graça Lourenço para suplente. (ficando representado na votação como lista A.) -----

O Senhor Deputado, **Herminio Costa Albino**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada do CDS-PP, O Senhor Presidente de Junta Artur Paulo Ricardo Primo para efetivo, e João Maria Diogo Sequeira para suplente. (ficando representado na votação como lista B).-----

Resultado da votação: Lista A – 20 Votos, Lista B – 5 Votos.

Ficando eleitos os Senhores Presidente de Junta:

Efetivo: Mauro dos Santos Amado Frade

Suplente: Jorge Miguel Graça Lourenço

6º Ponto - Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;

O Senhor Deputado, **Cláudio Jorge Heitor Rebelo**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada PS e do PSD, o Senhor Presidente de Junta, Olímpio Filipe Martins Pedro. (ficando representado na votação como lista A.) --

O Senhor Deputado, **Herminio Costa Albino**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada do CDS-PP, O Senhor Presidente de Junta, João Maria Diogo Sequeira. (ficando representado na votação como lista B.) -----



Resultado da votação: Lista A – 19 Votos, Lista B – 7 Votos.

Ficando eleito o Senhor Presidente de Junta: Olímpio Filipe Martins Pedro

7º Ponto – Eleição de três membros da Assembleia Municipal sendo dois efetivos e um suplente para integrar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ao abrigo da alínea a) do ponto 1 e do ponto 2 do artigo 83º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que neste ponto os Senhores Presidentes de junta não votariam.

O Senhor Deputado, **Cláudio Jorge Heitor Rebelo**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada PS, PPM e PSD, para efetivos: o Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo e Ana Maria Pereira Abrunhosa, e suplente Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha. (ficando representado na votação como lista B). -----

O Senhor Deputado, **Herminio Costa Albino**, no uso da palavra, apresentou em nome da bancada do CDS-PP, para efetivos: Luís Manuel Ramos Saraiva e Herminio José Costa Albino, e suplente Fernando Manuel Sérgio de Jesus. (ficando representado na votação como lista A.) -----

Resultado da votação: Lista A – 5 Votos, Lista B – 10 Votos.

Ficando eleito os Senhores Deputados Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Ana Maria Pereira Abrunhosa e Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha.

Por nada mais haver a tratar foi encerrada esta Assembleia, quando eram quinze horas e quarenta e dois minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada, pelo Presidente e pelos Secretários. -----

O Presidente:



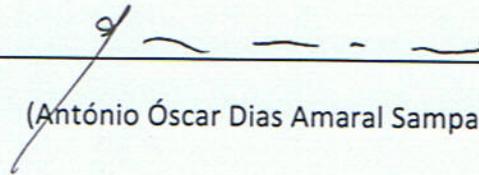
(Luís Manuel Simão Almeida)

O 1º Secretário:



(João Paulo Amaral Gouveia)

O 2º Secretário:



(António Óscar Dias Amaral Sampaio)